



pt Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

O destino do bolsonarismo não está atrelado ao desfecho da pandemia

AN Original

Coordenador do Laboratório de Alternativas Institucionais (LAI) da Universidade Federal Fluminense, o cientista político Carlos Sávio Gomes Teixeira, um dos organizadores do livro ?Bolsonarismo: teoria e(...)

Por Leonardo Almeida da Silva



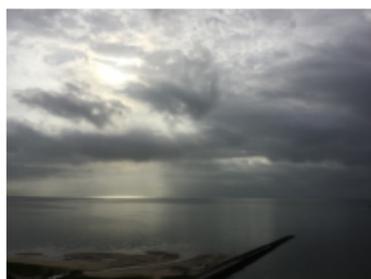
pt Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

Em busca da cidadania infantojuvenil nos 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente

AN Original

Especificamente no que diz respeito à internacionalização dos direitos humanos infantojuvenis, é consenso na literatura especializada sobre a importância da Convenção sobre os Direitos da Criança. Atuante no(...)

Por Jalusa Silva de Arruda



pt Reflexão Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

Já somos gente de pouca esperança, só vivemos

AN Original - Alice Comenta

Cabo Delgado e a guerra na vida das mulheres ? parte I

Por Teresa Cunha



pt Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

Utopia e esperança na pandemia

AN Original

Reencontrar a utopia e a esperança em meio à pandemia de Covid-19 é algo possível e necessário. Entretanto, é preciso deixar claro de qual utopia e de qual esperança estamos falando. Do contrário, podemos ser(...)

Por Maria Elisa Siqueira Borges



Facebook Twitter YouTube RSS

Centro de Estudos Sociais Tel +351 239 855 570
Colégio de S. Jerónimo Fax +351 239 855 589
Apartado 3087
3000-995 Coimbra, Portugal alicenews@ces.uc.pt



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

O destino do bolsonarismo não está atrelado ao desfecho da pandemia

AN Original

2020-12-16

Por Leonardo Almeida da Silva

Coordenador do Laboratório de Alternativas Institucionais (LAI) da Universidade Federal Fluminense, o cientista político Carlos Sávio Gomes Teixeira, um dos organizadores do livro “Bolsonarismo: teoria e prática”, lançado recentemente, conversou por vídeo-chamada com exclusividade com o Alice News acerca do fenômeno do bolsonarismo e seus desdobramentos sobre a vida política e social brasileira. O pesquisador também falou de outros temas como as eleições norte-americanas e a pandemia.



Manifestação ocorrida em 31/05/2020, em Brasília, com a participação de Jair Bolsonaro.

Segue a entrevista.

O protagonismo dos evangélicos e o impacto cada vez maior das mídias sociais, são alguns dentre outros fatores que o livro “Bolsonarismo: teoria e prática” destaca na emergência de movimentos do conservadorismo brasileiro que foram capitalizados pelo bolsonarismo. Para quais outros aspectos o conjunto dos autores do livro chama a atenção neste momento em que chegamos a metade do mandato presidencial?

O livro “Bolsonarismo: teoria e prática” tenta entender os aspectos teóricos que levaram à ascensão do bolsonarismo, bem como suas práticas na pré-campanha, durante a campanha e no governo. Além dessa mobilização evangélica e das *fake news* através das mídias sociais, há um contexto de fundo para a ascensão do bolsonarismo que é uma “rebelião de direita” que começa com as manifestações de junho de 2013 e tem seu auge com a eleição de Bolsonaro em outubro de 2018. O “epicentro” desta rebelião é a questão da corrupção, contudo, está a ela atrelado um ataque, pela direita, à ordem institucional pós-1988 que muito prometeu, mas que entregou poucos resultados. Eu mesmo também a critico, mas em uma perspectiva bem distinta a essa do bolsonarismo.

Além deste “esgarçamento” da ordem pós-1988, há um conjunto de capítulos no livro que aborda questões como as chamadas “guerras culturais”, mobilizadas pelo bolsonarismo, bem como a reaglutinação de vários movimentos de direita no Brasil, dado que entendemos o bolsonarismo como um conjunto de frações bem distintas dos setores conservadores, mas que nele encontraram um

denominador comum. Outro ponto-chave é a questão relativa à moralização da política, resultante de uma crise programática da esquerda contemporânea que tem sido, de maneira geral, incapaz de apresentar uma linguagem alternativa às narrativas da globalização e do neoliberalismo, pois ao aceitarem tais narrativas, propõem apenas “açucarar”, ou seja, atenuar suas consequências negativas, o que a meu ver, gera uma crise programática que abre caminho para essa narrativa da moralização da política.

Mais um tema fascinante no livro é a relação do bolsonarismo com as classes populares, quando mostra como que parte importante da base social do lulismo migra para o bolsonarismo, com destaque para os evangélicos – sobre os quais há um capítulo específico no livro – com quem Bolsonaro tem uma profunda relação, pois, mesmo sendo católico, ele se “converte” ao mundo evangélico no período pré-eleitoral. Neste contexto, este conjunto de fatores demonstra que Bolsonaro tirou proveito destas circunstâncias e conseguiu vencer as eleições. Diferentemente de mim que escrevi artigos sobre isso, muitos colegas analistas políticos pensavam que Bolsonaro não concluiria essa primeira metade do mandato. Além de ter chegado até aqui, as pesquisas de avaliação do governo tem mostrado que ele está em uma situação que podemos dizer até que é razoavelmente estável.



“Bolsonarismo: teoria e prática” (2020): livro lançado em 03 de dezembro (Gamma Editora).
Carlos Sávio Teixeira e Geraldo Tadeu Monteiro (Orgs.).

Em que pese os contextos locais, trumpismo e bolsonarismo são vistos como frutos de circunstâncias históricas e políticas similares. Mesmo tendo recebido um número de votos maior do que em 2016, Trump foi derrotado ao fim do seu primeiro mandato. Na sua visão, fatores como a inoperância na entrega de políticas públicas e as acusações que se avolumam sobre o governo e seus familiares farão com que o bolsonarismo encontre um Brasil avesso a ele em 2022, ao contrário do ambiente de 2018, ou a sua capacidade de resiliência não deve ser subestimada?

A comparação entre Trump e Bolsonaro me parece ter um elemento que as análises não levaram em consideração. A pandemia encontrou os EUA em franca recuperação econômica, o que me leva a pensar que, se não fosse isso, provavelmente Trump seria reeleito, talvez até com alguma facilidade. Em relação a Bolsonaro, ao contrário, a pandemia atinge seu governo em um momento em que o Brasil já estava em recessão econômica e com desemprego em alta. Além disso, também considero que as expectativas sociais nos EUA são muito maiores, na média, do que no Brasil, então as respostas dadas por Trump na base da inépcia, cobraram dele um preço muito maior do que estão cobrando de Bolsonaro, já que o nível de expectativas dos brasileiros em relação à ação do Estado é bem mais baixa do que a dos norte-americanos em geral, o que fez a pandemia ser muito devastadora para Trump em termos políticos.

Daí fica a questão: como chegará Bolsonaro em 2022, imaginando que a situação socioeconômica continue desfavorável com desemprego e baixo crescimento econômico? Imaginava-se que hoje ele já estaria pior avaliado, mas não está, porque sua avaliação segue razoável e, se as eleições fossem nos próximos meses, ele entraria como um candidato bastante competitivo à reeleição. Mas, onde está a resiliência de Bolsonaro? Claramente ela não está na entrega de resultados e de serviços públicos. A meu ver, sua resiliência vem de uma estratégia bem sucedida de comunicação, a qual passa pelo chamado “gabinete do ódio” e é mantida na base da guerra cultural, claro que agora em uma perspectiva bastante diferente do contexto pré-eleitoral, porém muito bem adaptada. E essa capacidade de adaptação do bolsonarismo é o que mais me surpreende, pois mesmo no governo ele consegue adaptar sua narrativa antissistema e antipolítica, sendo ele parte do sistema e da política nesse momento. Essa capacidade de adaptação ficou bem clara quando da intenção frustrada de golpe, expressa nos ataques a instituições como o STF e o Congresso Nacional, que teve seu auge entre os meses de abril e maio deste ano, mas que foram neutralizadas por meio de reações das instituições, como as investigações sobre as fake news e os atos antidemocráticos, feitas pelo STF.

Alguns grupos são muito importantes nessa capacidade de resiliência do bolsonarismo, o principal deles é provavelmente o segmento evangélico que não retira o seu apoio a Bolsonaro, além dos setores populares das regiões metropolitanas do país, dado que Bolsonaro faz a eles um aceno a partir da distorcida ideia de uma “autoconstrução individual”, cuja Teologia da Prosperidade evangélica é uma de suas principais expressões.

Por outro lado, destaco ainda a incapacidade das três principais forças que se opõem politicamente a Bolsonaro: o petismo, que tenta se apresentar mais explicitamente como uma alternativa a Bolsonaro, mas que foi quem menos obteve o respaldo eleitoral para tal nas eleições municipais no mês de novembro; Ciro Gomes e o assim chamado nacional-trabalhismo, que possui consistência programática, mas uma imensa dificuldade em se comunicar com a maioria; e ainda os ditos liberais, capitaneados pelo PSDB e pela Rede Globo e que fazem um apelo inócuo ao “centro” e à moderação, mas que também tem se mostrado incapazes de enfrentar Bolsonaro até agora. Assim, sem dúvidas, há uma relação dialética entre essa incapacidade do conjunto da oposição e a resiliência do bolsonarismo. Deste modo, 2022 está em aberto, até porque as eleições municipais foram bastante inconclusivas em relação ao que podemos esperar para daqui a dois anos. Mas podemos ver que, mesmo Bolsonaro não tendo conseguido criar um partido político para mobilizar a sua base social e ideológica, esta base dispersa se aglutinou em partidos como Republicanos, Patriotas, PSL e PRTB, os quais representam o núcleo-duro ideológico do bolsonarismo e que aumentou significativamente o número de prefeituras que irão governar a partir de janeiro de 2021. Isso mostra, em grande medida, essa capacidade de resiliência do bolsonarismo colocada na sua pergunta. Bolsonaro tem grande capacidade de mobilização, contudo possui muita dificuldade em organizar institucionalmente a energia dessa mobilização. Exemplo disso é o fato de que ele como presidente da república não conseguiu sequer criar um partido, o que é algo impressionante, conforme destaquei.

Uma última questão. Grandes acontecimentos do século XX, como a II Guerra e a Guerra Fria, ensejaram novos pactos sociais em países centrais e ao menos essa aspiração nos países periféricos. Você percebe que no Brasil de hoje o bolsonarismo bloqueia a possibilidade de transformações institucionais a partir da crise gerada pela pandemia? A insistência na “falta de alternativas” em termos de política econômica pode fazer com que as consequências desta crise deslegitimem o bolsonarismo no médio prazo?

Geralmente as crises são mesmo acontecimentos que ensejam mudanças. Mas no Brasil contemporâneo há um consenso absurdo por parte da elite de que um projeto nacional possa ser substituído pela prática do realismo fiscal, como se isso fosse atrair investimentos externos e que estes gerariam prosperidade econômica interna. O grande problema é que este consenso não passa de uma ideologia, dado que não encontra qualquer respaldo em alguma experiência histórica contemporânea.

Quanto a Bolsonaro, este só possui como projeto discernível o autoritarismo e secundariamente, uma volta a um tradicionalismo brasileiro, o que na sua visão e de seus apoiadores seria uma volta a “Era de Ouro” do Brasil, o que não passa de uma resposta um tanto confusa ao assim chamado “pós-modernismo”, ou seja, as transformações na agenda do comportamento e da moral, o que tem gerado matéria-prima para a guerra cultural por parte dos bolsonaristas contra o que eles chamam de “marxismo cultural”. Assim, seu projeto é essa síntese de autoritarismo com tradicionalismo. Já em termos de economia há uma aposta, sem muita confiança, no neoliberalismo de Paulo Guedes, dado que Bolsonaro não é um neoliberal de mais longa data, pois toda sua atuação como deputado ao longo de três décadas foi contra essa agenda, em especial no governo Fernando Henrique Cardoso. Bolsonaro é

um “corporativista amesquinhado”, que sempre se ocupou de temas menores como pensões para militares, por exemplo.

Mas, para ir direto ao ponto: na minha leitura, o destino do bolsonarismo não está atrelado ao desfecho da pandemia. Vejo até que a pandemia foi um acontecimento que permitiu que Bolsonaro ganhasse fôlego, porque se não fosse essa circunstância, ele dificilmente encontraria desculpas para justificar uma situação econômica que já vinha muito mal. As angústias e medos das consequências econômicas da pandemia foram aproveitadas por ele para mobilizar seus seguidores e ganhar certo fôlego, porque desse modo ele consegue naturalizar a ideia de que a crise econômica é resultado da crise causada pelo vírus, mesmo que antes da pandemia a situação econômica já estivesse deteriorada por conta da orientação errática dada por seu governo através da figura de Paulo Guedes.

Leonardo Almeida da Silva é Doutor em Ciência Política e Professor na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT-Cáceres). Membro do Conselho Editorial Alice News (Centro de Estudos Sociais – Universidade de Coimbra).



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.

Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

Em busca da cidadania infantojuvenil nos 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente

AN Original

2020-12-10

Por Jalusa Silva de Arruda



Especificamente no que diz respeito à internacionalização dos direitos humanos infantojuvenis, é consenso na literatura especializada sobre a importância da [Convenção sobre os Direitos da Criança](#). Atuante no grupo de trabalho criado pela Comissão dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) para elaborar o texto da Convenção, o Brasil inseriu a proteção integral no texto da Constituição Federal de 1988 antes da adoção do documento pela ONU, ocorrida na Assembleia Geral realizada em 20 de novembro de 1989.

A cidadania de crianças e adolescentes reconhecida na afirmação da doutrina da proteção integral na [Constituição Federal de 1988](#) deixou para trás a doutrina da situação irregular, caracterizada pela ampla intervenção do Estado na vida de meninos e meninas. Na vigência de ambos os Códigos de Menores ([1927](#) e [1979](#)), podemos dizer, em esforço de síntese, que o modelo de atendimento direcionado às crianças e aos adolescentes era orientado por bases teóricas positivistas e correcionalistas, no qual a ausência de garantias processuais era justificada pela proteção, apesar das inegáveis matizes punitivas.

O advento da doutrina da proteção integral exigiu a elaboração de legislação especial, ocorrida em 1990, com a promulgação do [Estatuto da Criança e do Adolescente](#) que, este ano, completou 30 anos. Os debates e as disputas sobre o Direito da Criança e do Adolescente contaram com a participação ativa de setores da sociedade civil e dos movimentos sociais, dentre os quais o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMRR) e o Fórum Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente (FNDCA). Naquele momento, a truculência policial e o assassinato de meninos e meninas (já) eram pautas emergentes.

Considerada uma das pioneiras no tema, a pesquisa *Vidas em risco*, publicada em 1991, realizada pelo MNMRR em conjunto com o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e com assessoria do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP), denunciou a violência institucionalizada contra crianças e adolescentes e a estratégia de limpeza social - que era também racial - por grupos de extermínio nos principais centros urbanos do país.

No aniversário de 30 anos do Estatuto, os dados oficiais dão conta que entre 1990 e 2017, o número de homicídios na faixa etária de 10 a 19 anos mais que dobrou. No Brasil, desde o ano de 2012, a taxa de homicídios de adolescentes é mais alta do que a da população em geral; dito de outro modo, em nosso país é mais perigoso ser adolescente do que adulto. Igualmente, a restrição e a privação de liberdade de meninos e meninas cresceu expressivos 523% entre 1996 e 2016, aumento percentual superior ao do sistema prisional no mesmo período. Entre aqueles e aquelas que se encontram com o fim precoce da vida ou com a “experiência precoce da punição” (ver Sérgio Adorno), a maioria são negros e negras.

Decerto, não é possível nestas breves linhas avaliar os resultados das políticas públicas de proteção instituídas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, mas os dados apresentados levam a uma afirmação dolorosa: o advento da proteção integral não impediu a violência letal e a punição seletivas de adolescentes e jovens. Quais são os pontos de partida para refletirmos a respeito? Um deles, certamente, é descortinar a especialização do Direito do Menor em nosso país e assumir as matizes autoritárias e coloniais que a marcaram e que se espalharam no Direito da Criança e do Adolescente.

A especialização da Justiça de Menores, firmada pela promulgação do Código de Menores de 1927, se inspirou em saberes científicos em ascensão na virada do século XIX, que eram marcadamente racializados. Condensadas as pretensões científicas da época e o ideário civilizatório republicano, o Código de Menores de 1927 instituiu a categoria *menor*, termo utilizado não apenas para designar idade, mas especialmente para representar a infância e a adolescência pobres, de maioria negra, que estavam sujeitas às intervenções e medidas judiciais. As aspirações científicas naquele período buscaram respostas para a população negra no pós-escravidão, e não se esqueceram das crianças e dos adolescentes. Forjada na colonialidade, a categoria *menor* não diz respeito apenas às pessoas com menos de 18 anos, mas a parte do segmento infantojuvenil que, não por coincidência, se encontrava com a infância e a juventude negras.

É importante fazer o resgate da categoria *menor* porque estudos e pesquisas realizados na área da infância e juventude frequentemente apontam as continuidades do menorismo, sobretudo, nas práticas jurídicas e no atendimento socioeducativo. Para além do que, por si só, os dados ilustram, são muitos os resultados de estudos e pesquisas que indicam que a doutrina da proteção integral é negligenciada quando se trata de meninos e meninas que, em algumas situações e contextos, (ainda) são considerados *menores*.

Se o Estatuto da Criança e do Adolescente rompeu formalmente com o menorismo no momento de redemocratização do país, os resultados da pesquisa de doutorado de Jaime Amparo Alves, publicado em 2018 sob o título *The anti-black city: police terror and black urban life in Brazil*, falam que a população negra não foi incluída na cidadania. A própria concepção do modelo democrático brasileiro, que não conseguiu romper com suas heranças coloniais, é racialmente restritivo e não considera todos, efetivamente, como sujeitos de direitos. A ordem social pós-escravidão lançou a população negra à precária condição de sobrevivência que se colocou para além da desigualdade social e da pobreza.

As restrições impostas à sobrevivência digna da população negra se estendem à cidadania infantojuvenil, ainda que estejam formalmente sob a égide da doutrina da proteção integral. Não é à toa que são os corpos de meninos e meninas negras que se estendem pelas vielas e becos das cidades brasileiras, que desaparecem após abordagens policiais, que suportam a violência do braço armado do Estado e se veem pelas grades das unidades de internação espalhadas pelo país.

Para garantir direitos da universalidade de crianças, adolescentes e jovens e para que, enfim, possamos ver as mudanças que desejamos, é urgente que desnudem as heranças do colonialismo e as enfrentemos. Não haverá democracia e de pouco valerá a doutrina da proteção integral se continuarmos a matar e a encarcerar adolescentes e jovens negros e negras. A vida e a liberdade deles e delas importam.

Jalusa Silva de Arruda, advogada e professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), campus XV. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (PPGCS/UFBA) e pesquisadora associada do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM/UFBA).



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Organização das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura
Universidade de
Coimbra – Alta e Sãta
Instituída no Livro do Património
Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.

Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

Já somos gente de pouca esperança, só vivemos

AN Original - Alice Comenta

2020-12-08

Por Teresa Cunha

Cabo Delgado e a guerra na vida das mulheres – parte I



Foto de Teresa Cunha.

As palavras de Melina Nicuta, camponesa de Manrase do distrito de Chiúre, *já somos gente de pouca esperança, só vivemos* são expressão clara das feridas abertas nas vidas das mulheres que vivem na província de Cabo Delgado no norte de Moçambique.

Desde Outubro de 2017 que a província de Cabo Delgado está a ser confrontada com um crescendo de violência armada. No início parecia que os ataques perpetrados pelos diversos grupos de jovens, que começaram a ser apelidados pelas populações de Al Shabaab, tinham como alvo instituições das autoridades moçambicanas. Com o desenrolar dos acontecimentos e do tempo, as pessoas, as suas casas, os seus haveres, machambas e, todo o tipo de infraestruturas que possibilitam a vida nas aldeias e vilas, passaram a ser atacadas com uma extraordinária violência.

A vida nos distritos do norte da província está a tornar-se impossível o que tem tido como efeito a deslocação forçada de centenas de milhar de pessoas que procuram chegar a algumas sedes de distrito, onde parece ainda haver alguma segurança. Vão à procura de refúgio e apoio alimentar, como Ancuabe, Metuge, Montepuez e Mueda, ou à capital da província, Pemba.

Segundo um estudo publicado pelo Observatório do Mundo Rural (OMR) em 4 de Novembro de 2020 haveria à data pelo menos 302.210 pessoas deslocadas só na província sabendo-se que também há pessoas a fugir e a tentar chegar às províncias do Niassa, Nampula e Zambézia, perfazendo, pelo menos, 450.000 de pessoas que estão a tentar escapar deixando para trás um rasto de morte e destruição.

Num artigo publicado em 21 de Novembro de 2020 pelo [jornal Sinal Aberto](#), Yussuf Adam afirma que há pelo menos 500.000 pessoas deslocadas. Em Outubro a [Lusa publicou](#) que se estima que entre mil e duas mil pessoas já morreram em Cabo Delgado desde 2017 sendo estas vítimas directas da guerra (mortas em combate ou assassinadas), igual informação foi dada pelo jornal Canal de Moçambique em 28 de Outubro. Porém, não há qualquer estudo ou estimativas publicadas sobre as mortes indirectas (por doença, fome, maus-tratos de toda a ordem derivados da guerra) que já deverão ser na ordem das dezenas de milhar.

A situação agudizou-se com a chegada diária à praia de Paquitequete em Pemba, durante Outubro e Novembro deste ano, de dezenas de embarcações precárias sobrelotadas com pessoas de todas as idades fugindo dos ataques e de uma morte certa. Há relatos de pelo menos 4 mulheres terem dado à luz nas travessias por mar em busca de segurança, embarcações que se afundaram resultando em muitas mortes por afogamento e de extrema exaustão, desidratação, desnutrição, fome e desespero. Apesar dos esforços do trabalho dxs voluntárixs de organizações das igrejas e da sociedade civil e das instituições nacionais e estrangeiras, muitas centenas permaneceram na praia durante semanas à espera que pudessem ser conduzidas a centros de acolhimento de refugiadas/os na província ou alocadas em outros locais de reassentamento noutras províncias sendo o Niassa, Zambézia e Nampula as mais mencionadas para este efeito

A crise humanitária, o desânimo, a frustração de tudo haver perdido e da ausência de soluções concretas para acabar com esta guerra é de uma dimensão tal que várias entidades internacionais como as Nações Unidas, a União Europeia e o Vaticano têm vindo a pronunciar-se sobre o assunto exigindo a atenção internacional e instando o governo de Moçambique a tomar medidas efectivas para proteger as suas populações e intervir de forma a que a guerra possa ser debelada o mais rapidamente possível. Também vários governos da região da SADC, nomeadamente do Zimbabué e da África do Sul manifestaram a sua preocupação e ofereceram apoio para o enfrentamento da crise humanitária e da guerra.

Ouvidas as pessoas e analisando notícias, relatórios e artigos publicados pode-se dizer que estamos perante uma situação cujos principais impactos na vida das populações são os seguintes:

- a) a tensão financeira, emocional, de espaço e alimentar a que estão sujeitas as famílias que estão a receber nas suas casas as pessoas deslocadas o que provoca o aumento das desigualdades;
- b) o abandono forçado das terras, habitações, gado e outros bens assim como de pontos de pesca está a incentivar ocupações indevidas e a provocar uma reorganização fundiária não desejada. Isso tem sido fonte de conflitualidade acrescida entre famílias e populações e de processos de apropriação ilegal e de aparecimento de novos negócios marcados pela ganância (faída) e para fazer dinheiro com a guerra;
- c) a pressão exercida sobre os recursos naturais como a água, florestas e pesqueiros sujeitos a uma depredação e poluição sem controlo;
- d) a interrupção dos modos de vida e dos rituais de passagem considerados fundamentais para a vida pessoal e colectiva; a falta de acesso a ervas, raízes e outros medicamentos que as pessoas utilizam no seu dia-a-dia;
- e) a presença de muitos estrangeiros (vientes) que trabalham nos mega-projectos de extracção de minério, madeira, gás e petróleo e que estão, aparentemente, a ser poupados a esta violência o que provoca desconfinanças sobre quem os protege;
- f) a distorção dos valores morais considerados localmente adequados e desejáveis e o conseqüente aumento de comportamentos individuais e colectivos qualificados de desviantes e perigosos como: roubos, ausência de gentileza, falta de respeito, uso de palavões, prostituição, abandono de crianças, entre outros;
- g) o aumento das desconfianças e ressentimentos a vários níveis: da população no que diz respeito às autoridades moçambicanas que parecem não estar a ser capazes de acabar com o conflito e a violência, a corrupção e as denúncias sobre o seu comportamento que não respeita os Direitos Humanos; entre as famílias por receio de maridos e outros parentes masculinos de algumas pertencerem a grupos de insurgentes; entre os grupos etnolinguísticos prevalentes no território com acusações mútuas de convivência com o poder central, Macondes, relações especiais com a violência, Mwanis ou ainda os fazedores de negócios e dinheiro, Macuas; entre as populações e as grandes empresas exploradoras dos recursos naturais que parecem continuar a operar sem que nada as atinja;
- h) a pressão emocional que representa a perda de familiares por assassinato, por rapto ou maus tratos pelos diversos actores no terreno sejam estes as milícias de insurgentes, as forças de defesa e segurança, a polícia ou bandidos;
- i) um blackout da informação credível e sustentada em fontes fidedignas em meios de comunicação social, as ameaças, a prisão e o desaparecimento de jornalistas e de pessoas que prestem testemunho ou façam circular fotografias, vídeos ou outros elementos esclarecedores da real situação vivida;
- j) a militarização da sociedade e a disseminação de uma cultura de violência e repressão como forma privilegiada de resolver os conflitos.

Todos estes impactos, e outros que porventura ainda possam ser enumerados, são sentidos de forma diferenciada entre as mulheres e os homens, entre as meninas e os rapazes e também entre as pessoas

idosas dos diferentes sexos. Para se chegar a um entendimento mais próximo da realidade, é necessário fazer um esforço para perceber algumas das especificidades das experiências e das vozes das mulheres, de todas as idades, que vivem ou viviam em Cabo Delgado.



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



ces Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

1 2 9 0
UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Organização - Universidade de
das Nações Unidas - Coimbra - Alta e Sofia
para a Educação, - inscrita no Livro do Património
e Ciência e a Cultura - Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

Utopia e esperança na pandemia

AN Original

2020-12-07

Por Maria Elisa Siqueira Borges

Reencontrar a utopia e a esperança em meio à pandemia de Covid-19 é algo possível e necessário. Entretanto, é preciso deixar claro de qual utopia e de qual esperança estamos falando. Do contrário, podemos ser considerados sonhadores ingênuos, desconectados da realidade, em busca de sonhos irrealizáveis.



A ideia de utopia como algo irrealizável se refere à origem do termo na obra de Thomas Morus (1516): “Sobre a melhor constituição de uma república e a nova ilha de Utopia”. A obra apresenta a sociedade ideal (e inalcançável) dos “utopianos” a partir de uma crítica irônica e radical à sociedade inglesa da época. O substantivo grego *topos*, que significa “lugar”, associado ao advérbio grego ou que significa “não”, indicando um lugar inexistente.

Até o século XIX o termo utopia continuou sendo associado a qualquer projeto de governo futuro imaginário, que defendesse uma sociedade mais justa e mais igualitária. Ideias que até podiam ser consideradas belas e generosas, porém impraticáveis, pensadas por sonhadores ingênuos.

A partir do século XX, esse conceito se ampliou, especialmente a partir da obra de Ernst Bloch (1950): “O princípio da esperança”. Ernst apresenta o conceito de utopia concreta em oposição ao conceito de utopia abstrata, destacando o caráter positivo da força criadora de uma imaginação social transformadora da realidade. Afirmou que a utopia é um lugar da ação humana dirigida para o futuro, um lugar da força ativa dos “sonhos que sonhamos acordados”. Homem e mundo não são completos, ambos pertencem ao “ainda não” e o futuro pode ser construído utopicamente através de ações concretas.

A utopia que Paulo Freire nos apresenta em sua obra “Pedagogia do Oprimido” (1981) também diz respeito a esta concretude. Ele afirma que o utópico não é o irrealizável, mas uma postura dialética de confrontar a denúncia de uma estrutura desumanizante e o anúncio de uma estrutura humanizante. A partir desse confronto, seria possível a criação dos “inéditos viáveis”, conceito que expressa as possibilidades humanas, algo que ainda não existe mas que, se pode ser pensado, pode ser realizado.

Assim como Bloch, Freire acredita que a História existe como possibilidade: “ela não é, mas está sendo”. Pode, portanto, ser permanentemente transformada, tarefa a ser assumida por homens e mulheres em seu processo de humanização. Este se expressa em uma práxis libertadora, um processo de reflexão e ação contínuo e permanente de homens e mulheres sobre o mundo para transformá-lo.

Diferentemente de Hegel que, em sua obra “Fenomenologia do espírito” (1807), nos apresenta a dialética do senhor e do escravo, afirmando que a consciência pode se formar apenas pelo processo da reflexão, Freire acredita que a consciência só se torna plena na práxis: na reflexão e na ação, juntas e indissociáveis.

Como seres da práxis, somos capazes de compreender a realidade e transformá-la a partir de nossa ação-reflexão: agir no mundo; refletir sobre nossa ação; voltar à ação sobre a realidade concreta em um novo patamar de conhecimento, em um movimento contínuo. Podemos visualizar este movimento a partir da imagem de uma espiral, sempre ascendente, em permanente ampliação; onde nunca há retorno ao estágio anterior.

Freire afirma ainda que utopia é também sinônimo de esperança, esperança crítica que não é pura espera. É uma necessidade ontológica, que pode e deve ser aprendida, necessitando da ação para se tornar concretude histórica. Por isso, há a necessidade de uma educação da esperança, cabendo aos educadores e educadoras não deixar que a esperança se desvie, caindo na desesperança ou no desespero.

A esperança baseada na concretude, na ação, impede a acomodação à realidade e também a fuga para o puro idealismo, ambos incapazes de transformar a História. Freire não considera que a desesperança seja o oposto da esperança. Segundo ele, “a desesperança é a esperança que perdeu o endereço”. E cabe a todos os humanos, como tarefa histórica, não apenas buscar o endereço da esperança mas cada um de nós incorporar em si esse endereço.

Também o sociólogo Boaventura de Sousa Santos se recusa a deixar de acreditar na utopia. Ele acaba de lançar um novo livro, escrito durante a pandemia de Covid19: “O futuro começa agora - Da pandemia à utopia” (2020). Boaventura afirma que o contrário da utopia é a miopia. Quem não acredita na utopia hoje é porque é míope, porque não vê (ou finge que não vê) o que está acontecendo com o nosso planeta. A natureza está nos mandando um recado através desse vírus, que é um pedagogo com o qual podemos (ou não) aprender várias lições.

Segundo ele, é necessário resgatar a articulação entre os processos políticos e os processos civilizatórios, separados após a queda do Muro de Berlim. A partir de então, os debates políticos passaram a girar em torno da ordem imposta pelo capitalismo, que decidiu se afirmar como um modelo econômico hegemônico. E os debates civilizatórios passaram a ocorrer fora dos processos políticos.

Esta separação foi fatal porque as sociedades deixaram de poder pensar em alternativas de vida que pudessem evitar a ocorrência de desastres que são classificados como “naturais” como o aquecimento global, a perda da biodiversidade, acontecimentos meteorológicos extremos como tsunamis, ciclones, inundações, secas e degelo glacial. O resultado tem sido a maior ocorrência de epidemias e de pandemias cada vez mais globais e letais.

Só com uma nova articulação entre os processos políticos e os processos civilizatórios será possível pensar numa outra sociedade em que os seres humanos assumam uma posição mais humilde no planeta. Afinal, há muito mais vida no planeta do que a vida humana, que representa apenas 0,01% das espécies.

A defesa de todas as formas de vida é uma exigência para a continuação da vida da humanidade. Se a vida humana continuar a destruir outras vidas do planeta, é de se esperar que elas se defendam de formas cada vez mais letais. Nesse caso, o futuro desta quarentena que estamos vivendo em 2020 será o anúncio de outras quarentenas futuras.

Mas, uma das possibilidades apontadas por Boaventura é uma alternativa utópica (no sentido concreto do termo): assumir o planeta como a nossa casa comum e a Natureza como a nossa mãe originária. À natureza devemos amor, respeito e a compreensão de que ela não nos pertence, mas nós é que pertencemos a ela. Essa atitude de respeito e pertencimento à natureza é algo já pensado e praticado, há anos, pelos indígenas das Américas e pelos camponeses da África, por exemplo.

Desqualificar a utopia e a esperança como categorias ingênuas e irrealizáveis é uma armadilha que tem um objetivo muito claro: manter o status quo e as relações de opressão. É preciso que a esperança e a utopia sejam contextualizadas na História, que tenham concretude, que gerem ações e que estejam voltadas para o futuro. Mas, para construir um futuro diferente, sua construção tem que começar agora, como nos ensina Boaventura.

E uma mensagem fundamental é trazida nos versos da bela canção de Beto Guedes e Ronaldo Bastos: “Sol de Primavera”, (1979) “A lição sabemos de cor, só nos resta aprender”.